

## Investir na qualidade de resposta para crianças dos 0 aos 3 anos: que desafios?



### Síntese da Conferência

A Conferência «INVESTIR NA QUALIDADE DE RESPOSTA PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS: QUE DESAFIOS?», decorreu no dia 28 de abril, no Centro Ismaili, em Lisboa.

Enquadrado na ação do Programa Amas, o evento reuniu um grupo restrito, mas diversificado, de convidados de diversos setores da sociedade civil e área da educação e desenvolvimento na infância, com ação em Portugal e ligação a movimentos nesta área e de expressão europeia. Estiveram presentes investigadoras especializadas na área da primeira infância em Portugal, e investigadoras ligadas à PROCHILD CoLAB, educadoras de infância, profissionais da área de parentalidade e psicologia, fundadores e membros de associações de base local, Câmara Municipal de Cascais, representantes de entidades com responsabilidade nas áreas social e área de educação como a Direção Geral de Educação, Instituto de Segurança Social, e, da Garantia Europeia para a Infância.

Ao longo do dia, e conforme, estimulou-se a reflexão e discussão sobre o panorama atual da tríade primeira infância, qualificação e qualidade, nomeadamente:

<p>«A AKF em Portugal e os seus contributos para a Educação de Infância», Karim Merali (AKF Prt)</p>	<p>A abertura do evento pelo CEO da AKF Portugal, Karim Merali, fez uma breve apresentação e enquadramento do compromisso assumido e do trabalho de mais de 30 anos que a AKF Portugal tem desenvolvido em Portugal, na área da Educação e Desenvolvimento na Infância</p>
<p><b>Programa «Amas»: visão e missão»,</b> Alexandra Marques (AKF Prt)</p>	<p>A diretora de Educação e Educação e Desenvolvimento na Infância da AKF Portugal, enquadrou o âmbito e propósito do evento, realçando a mais-valia em ter presente o seletor painel de apresentadoras, ilustrando o panorama atual na área de educação na infância em Portugal, nas perspetivas social e económica, desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança, e a nível do profissional.</p>
<p>Palestra: «<b>A primeira infância: que desafios para a qualidade?</b>», Assunção Folque (Univ. Évora)</p>	<p>A investigadora focou a reflexão sobre a qualidade das respostas em Portugal, sustentado na investigação, onde realçou a necessidade de se repensar o conceito de qualidade associado aos focos de “quem” e do “propósito” da qualidade, como orientadores da ação e promotores de resultados e impactos que possam ser sustentados no tempo, e nos diferentes níveis: agregado familiar, comunidade, entidades de prestação de serviços e entidades com responsabilidade na área social e da educação em infância. Realçou igualmente a necessidade premente de se deslocar <b>a visão das crianças vistas como filhos de trabalhadores para a sua condição de seres humanos únicos.</b></p>

#### PAINEL 1: **Formação e desenvolvimento profissional**

Moderadora: Amélia Marchão (Instituto Politécnico de Portalegre)

<p>Comunicação 1 – <b>Perfil profissional da Ama</b>, Maria João Cardona (ESE Santarém)</p>	<p>Partilhou a reflexão sobre o perfil profissional das Amas, uma proposta da AKF no âmbito do Programa de Formação e Capacitação de Amas e outros Cuidadores de Crianças Pequenas, e a sua interligação com a necessidade de um olhar mais atento sobre a qualificação e formação dos profissionais, e a qualidade das respostas para a primeira infância. Deteve-se na análise sobre as competências técnicas apresentadas, sustentadas por competências sociais, pessoais e interpessoais, e por <b>princípios de referência ética e princípios e compromissos que definem um modo de pensar e agir pessoal.</b> O perfil é fundamentado na <b>Construção de uma identidade profissional em Educação e Cuidados para a Infância</b>, e é um documento que está em desenvolvimento, contrapondo a revisão dos conteúdos com a ação prática, juntando, para o efeito, educadoras de infância e investigadoras.</p>
---	---

<p>Comunicação 2 – <b>EXTERIORizando: estratégia para interiorizar práticas de qualidade na Creche Familiar</b>, Diana Pinto (Fundação Bissaya Barreto)</p>	<p>A comunicação apresentada refletiu a experiência, aprendizagens e ganhos dos processos de acompanhamento e formação do grupo de Amas que integram a Casa da Criança Maria Granado desde 2018. Foram levantadas importantes observações que decorrem, por exemplo, da alteração nos modos de viver de hoje (o teletrabalho), no realçar do número de famílias que trabalham horários muitos desfasados, e a solidão que uma ama em regime livre vivencia, e o desgaste do leque das profissionais envolvidas.</p> <p>Deste painel, ficaram algumas perguntas relevantes, para futura discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a necessidade de uma maior diversidade das respostas: – Que outros modos de funcionamento existem? As creches não têm apenas de funcionar 12 horas por dia.</li> <li>• A relevância da supervisão e do acompanhamento das amas: – Como se faz? Quer a partir das tutelas, e quer a partir das entidades de enquadramento?</li> </ul>
---	---

## PAINEL 2: Plataformas e redes de parceria

Moderadora: Neuza Pestana (AKF Prt)

<p>Comunicação 1 – <b>Plataforma Crescer Melhor em Cascais: a construção de redes de parceria</b>», Rafael Pereira e Vanda Reis (CM Cascais)</p>	<p>Foi partilhada a experiência do processo e percurso de co-construção desta plataforma, que aposta no reconhecimento e valorização da especificidade das respostas para a Primeira infância, com enfoque na promoção de respostas qualificadas, garantindo apoio técnico e financeiro, e dinamizando projetos de intervenção.</p> <p>Algumas importantes constatações incluíram o reconhecimento de que a criança é o foco e essência de todo o trabalho, e que tal observação implica garantir que a família está presente e tem um papel e voz ativos no desenhar das soluções; as novas modalidades de trabalho que estão a dar mais corpo à necessidade de se (re)pensarem novas respostas, quer no tipo, quer na forma como estão organizadas e relativamente a quem as promove; necessidade de se falar sobre as respostas para os 0-3 anos com enquadramento mais profissional e sustentado pela investigação; e a importância da partilha e troca de informação como a pedra basilar no estabelecimento e manutenção das parcerias.</p>
<p>Comunicação 2 – <b>COLO100H: uma Rede de Cuidadores no concelho de Sintra</b>, Elisabete Borges</p>	<p>O projeto Colo 100 Horas, dinamizado pela da Associação Jangada D’Emoções, apresenta um modelo inovador de apoio à conciliação da vida profissional, familiar e pessoal das famílias. A associação é de mulheres, e nos últimos anos tem prestado grande atenção a questões de saúde mental em mulheres, em particular, e na constatação de que trabalhar com as mulheres é também trabalhar com os seus filhos”. Neste propósito expresso de apoiar os membros da comunidade, surge o projeto Colo</p>

<p>(Associação Jangada D'Emoções)</p>	<p>100 Horas, que visa a criação de oportunidades e o desenvolvimento de atividades para dar resposta a uma das necessidades da comunidade – ausência de espaços de ocupação de tempos livres para as crianças e famílias.</p> <p>Algumas observações prementes incluem: a importância das parcerias e do papel da entidade que junta os parceiros; a importância de iniciativas locais terem o apoio das entidades responsáveis, e do apoio poder ser prestado na altura certa para reforçar o impacto desejado, e a relevância em conseguir ter públicos diversos na procura e desenho de soluções para a prática de trabalho na primeira infância: juntar <i>pessoas com percursos tão diferentes num mesmo evento e ouvir como fazem e se juntarem</i>”.</p>
<p>Palestra: <b>A pobreza e o seu impacto na infância</b>, Andreia Furtado (AKF Prt)</p>	<p>A palestra arrancou com uma análise de duas afirmações: “É Urgente a existência de respostas de qualidade de educação e de cuidado na primeira infância”, e, “É Urgente proteger os direitos das crianças, nomeadamente em matéria de justiça social e equidade”, e conduziu a reflexão para o olhar a educação e desenvolvimento na primeira infância da perspectiva da incidência da pobreza em Portugal. Apresentou causas e consequências observadas, e refletiu sobre as capacidades e fragilidades de resposta multinível, que são ou deverão ser asseguradas por diferentes entidades, para o benefício das famílias e crianças. Deixou como nota final, a noção de se investir na infância enquanto prioridade que é de todos, e numa perspectiva e visão da Ecologia da Infância.</p>
<p>Mesa-redonda – <b>Políticas públicas para a infância e apoio às famílias</b> Moderadora: Ana Teresa Brito (ISPA – Instituto Universitário)</p>	
<p>Catarina Marcelino (ISS.IP), Liliana Marques (DGE), Adelina Pinto (ProChild CoLAB), Sónia Almeida (Garantia Europeia para a Infância)</p>	<p>Como teaser, deixam-se algumas observações inquietantes partilhadas pelas palestrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Catarina Marcelino observou que a perspectiva do Cuidar existe sempre, mas torna-se essencial dar um passo em frente e reconhecer que o Cuidar tem de estar aliado às questões da Educação – reflexo das circunstâncias que se vivem e que são reflexo do momento de mudança atual que é rápido. A noção do «Cuidar + Educação» não era premente há 20-30 anos atrás. Adicionalmente, colocou e explorou as seguintes perguntas: Como criar oportunidades a partir das políticas públicas? Como garantir que todas as crianças têm as mesmas oportunidades?</li> <li>▪ Liliana Marques partilhou a observação “As desigualdades socioeconómicas são as maiores produtoras do insucesso escolar, e o seu impacto começa desde os primeiros anos. É possível agir e criar condições para tornar o acesso equitativo uma realidade para todas as crianças. A equidade e qualidade na educação são, indubitavelmente, dois eixos críticos”, e explorou as medidas que estão em curso ou pensadas de apoio à equidade.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sónia Almeida refletiu sobre o facto de Portugal ter a recomendação muito clara e objetiva para assegurar uma panóplia de serviços necessários para o seu desenvolvimento e crescimento holístico até 2030. Abordou como a natureza sistémica dos problemas, nomeadamente os vivenciados pelas famílias, exigem que o pensar, desenhar e executar soluções implicam uma grande capacidade de operacionalizar e coordenar, e adequar as soluções às necessidades. Fez alusão também, ao facto, reconhecido, de que agora se está na fase de trabalhar na reparação ou seja, reconhece-se que os danos já estão feitos, e que a intervenção precoce, sendo o que se almeja, pois é atempada, seja instituída antes que os danos se instalem.</li> <li>▪ Adelina Pinto, do Laboratório Colaborativo ProChild, apresentou como esta iniciativa procura olhar para a criança no seu todo, e não dar continuidade à visão da criança sendo um somatório de partes sem nexo, e que é servida por diferentes entidades, sem que interação entre as mesmas, e não havendo ninguém que assuma responsabilidade pela visão deste todo, em prol da criança. Referiu o importante facto de existir muita investigação que comprova a importância da família enquanto preditora de sucesso para a faixa 0-2 anos. Durante a pandemia, observou-se que as crianças voltaram a estar apenas com as famílias, tendo-lhes sido retirado outras vertentes, e que, derivado desse facto, o sucesso escolar desceu em todas as escolas seguidas pela ProChild CoLAB, o que levou a equipa a refletir sobre a importância de se dar apoio e palco à família dada a relevância que representa enquanto preditora de sucesso para a criança. Fez menção, também, que a pobreza também se encontra reconhecida como sendo mais ampla que a económica – é também a cultural, a social, reconhecendo-se que deve ser alargada às dimensões de vida do ser humano.</li> </ul> <p>Por fim, realçou-se a integração de serviços enquanto ação concertada para maior impacto, a urgência de uma maior diversificação de respostas para a primeira infância, não descurando a sua qualidade e os fatores determinantes para o seu alcance.</p>
<p><b>Considerações finais e perspectivas futuras,</b> Alexandra Marques (AKF Prt)</p>	<p>Feita uma resenha das partilhas pelas palestrantes, Alexandra Marques lançou o apelo a que se possa dar aso a mais momentos de encontro entre profissionais dos diferentes setores presentes no dia, e de se aproveitar a riqueza de se poderem cruzar experiências, aprendizagens, reflexões para uma ação mais consequente na área da educação e desenvolvimento na infância.</p>

A sessão encontra-se gravada, após transmissão em direto, via *webstreaming*, através da [página de Facebook da AKF Prt](#), e pode ser (re)visitada aqui: [parte 1](#) e [parte 2](#). O programa da conferência pode ser acedido aqui: [programa do evento](#).

## Notas Extensas das sessões

Karim Merali, CEO da AKF Prt fez a abertura do evento, destacando o papel da Fundação nos 35 anos de presença em Portugal e, em particular, o reconhecimento e contributo, desde o seu início, da relevância e dos benefícios do investimento na área da educação de infância na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade.

Dentro dos trabalhos propostos para o dia, a Diretora de Educação da AKF Prt, Alexandra Marques, apresentou a visão e missão do Programa de Formação e Capacitação de Amas e outros Cuidadores de crianças pequenas, uma iniciativa da Fundação, destacando o propósito do evento: a partilha de práticas de “quem pensa e faz” e “a importância de agir das políticas públicas como “garante de sustentabilidade e mudança”.

-----

## Palestra «A primeira infância: que desafios para a qualidade?», Assunção Folque (Universidade de Évora)

O foco da palestra centrou-se na partilha de uma reflexão sobre a qualidade das respostas em Portugal, através de um roteiro sustentado na investigação, e do qual se destacam como principais reflexões:

- O conceito de qualidade traduz-se em “o que melhor serve” (*notion of the best fit*). Este referencial deve estar sempre associado a **quem** serve e **para que propósito**: as crianças (em primeiro lugar), as famílias e a comunidade, atendendo ao mundo onde nos encontramos, com os seus desafios existentes e que são mutáveis e evolutivos; ou seja, o contexto e a sua atualização, enquadrado(s) em conceitos sociais mais amplos que compreendem a justiça, a coesão social, o bem-estar, a democracia.
- Durante a pandemia, as creches foram as primeiras a abrir – os pais precisavam de recomeçar a trabalhar; a abertura não foi motivada por uma razão relativa ao bem-estar das crianças, mas sim pela necessidade dos pais garantirem o seu rendimento; no entanto, **as regras impostas para a abertura das creches mostraram ser contrárias às definições de qualidade e bem-estar das crianças nos espaços**. Ou seja, estas condições, aliadas à ausência de tomada de posição dos profissionais para garantir espaços condizentes, ajudou à tomada de consciência sobre a fragilidade atual das respostas a crianças até aos 3 anos.
- **Programas políticos com impacto na vida das crianças 0-3 anos necessitam de ser amplos e de largo espetro**, tocando diferentes aspetos como o acesso à saúde, acesso mais generalizado e equitativo, a criação do Provedor da criança, espaços públicos, organização das creches, nomeadamente a composição de grupos heterogéneos (enquanto reconhecimento da diversidade e inclusão).
- **O sistema repartido de educação de infância** no nosso país englobando diferentes sistemas normativos, de regulação da qualidade e sistemas de financiamento diferenciados, **continua a ter fortes implicações** na organização das instituições, nas condições de trabalho e nos objetivos e funções privilegiados.
- Apesar da crescente capacidade de resposta 0-3 nos últimos dez anos, **ainda se verificam assimetrias no acesso nos grandes centros urbanos**, nomeadamente em Lisboa, Porto e Setúbal. Entre 2010 e 2020 a taxa de cobertura evoluiu de 33% para 48,8 % (amas e creches) embora a resposta amas tenha vindo a diminuir (MTSSS, 2020).

- **A qualidade dos serviços de educação e cuidados 0-3 apontam para níveis mínimos ou inadequados de qualidade** na generalidade das instituições; por exemplo, o financiamento por criança não cobre o custo da qualidade; algumas instituições ultrapassem o número previsto por lei, aumentando o ratio adulto-criança e o número de crianças por espaços educativos – urge uma revisão das condições estruturais como o número de crianças por grupo.
- **A falta de formação específica para o trabalho em creche e a desvalorização profissional dos educadores de infância que trabalham em creche;** o estatuto não reconhecido dos profissionais em creche como docentes, face aos que trabalham na educação pré-escolar, ainda é uma realidade; embora com formação de nível superior e com alguma relevância dada ao trabalho em creche, mantém-se a desvalorização da especificidade no saber profissional de quem trabalha com crianças pequenas, suas famílias e comunidades.
- **Necessidades urgentes:** creches, criação de uma rede pública, um programa de alargamento das respostas sociais de apoio à família, em particular para a infância, respostas diversificadas e adequadas às especificidades das famílias, em particular de apoio à conciliação trabalho-família; convocar os grandes empregadores, incentivando o seu envolvimento na disponibilização de equipamentos ou serviços de apoio à infância direcionado para os seus trabalhadores.
- Necessidade de se pensar na **qualidade de vida das crianças, deslocando a visão das crianças vistas como filhos de trabalhadores para a sua condição de seres humanos únicos**, seres culturais, cidadãos numa teia de relações. Contudo, coloca-se a questão: *o que significa esta deslocação? O que significa para o termo “qualidade”?* São vários os desafios a serem (re)pensados: apoio à natalidade; resposta ao direito à educação desde o nascimento; acesso mais generalizado e equitativo; acesso à saúde; organização de creches; espaços públicos.
- **Observam-se práticas pedagógicas em creche que desvalorizam o protagonismo da criança e a sua atividade exploratória** privilegiando trabalhos homogéneos centrados no adulto e não na autonomia, criatividade e iniciativa da criança; constata-se que a pedagogia está mais frágil, excessivamente rígida (rotinas diárias centradas no coletivo precoce, comer, dormir, higiene são momentos realizados em simultâneo sem espaço para a necessidade individual; privilegiam-se mais as atividades no interior versus no exterior – promovem-se poucas oportunidades de brincar ao ar livre e de contacto com a natureza;
- Apelo aos profissionais – **promoção de atividades complexas, não centrando apenas a ação educativa nas atividades sensoriais;** atividades complexas desafiam a criança, colocando-a em situações que exigem pensamento e demonstram relações de causa-efeito; *as atividades fragmentadas, orientadas para trabalhar dimensões em separado (sensoriais, linguagem; cores), perdem a complexidade e a riqueza das atividades culturais autênticas.*
- Os **serviços** encontram-se **fragmentados** funcionando em silos com linguagens próprias, **visões parcelares** e que não perspetivam respostas e ações integradas sobre a infância.
- Alguma **falta de consciência intercultural** por parte dos profissionais (INTESYS, 2019).
- Mobilizar o poder político para mudar a LBSE incluindo o direito à educação a partir do 1º ano; o enquadramento legislativo encontra-se muito mais orientado e enquadra de forma mais consciente os 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, observando-se um descurar da educação pré-escolar e da fase de vida anterior da criança (tal é observado, por exemplo, ao nível da formação inicial e académica dos profissionais de educação de infância onde se propõem a transferência ou equivalência de créditos sem o pensamento devido sobre o que se está a transferir, se a transferência faz sentido e se os módulos curriculares sustentam essa troca).

- Nota sobre o afastamento das crianças dos avós e às consequências que esta situação atual traz para ambos. Porque não pensar no Provedor dos Avós? **A importância de a criança viver em comunidade – é extremamente relevante para a sua sociabilização e interação com os seus pares**, e em confiança; a maternidade é um processo social e que não deve estar restrito apenas aos pais e crianças; é importante, quer para as crianças quer para os pais, alargar o círculo social e de sociabilização (prevenindo e minimizando questões de bem-estar psicológico e emocional – saúde mental).
- As crianças, enquanto seres no mundo, são largamente invisíveis no espaço público, o que dificulta que a sociedade assuma as crianças como responsabilidade “sua”, “coletiva”. As crianças têm papel enquanto motor de desenvolvimento dos adultos. No pensar as cidades, as crianças colocam problemas e ajudam a agilizar a conceção de soluções sustentáveis, enquanto motor de felicidade dos adultos (a família e não só – o sorriso que provocam é extensível a outros adultos fora da sua rede de laços), fomentam o habitar o espaço público. **É necessário os adultos conseguirem aprender a escutar as crianças, de todas as idades** (das prematuras às mais velhas!).

**Em suma**, a palestrante expressa a **urgência de se sair para fora dos nichos e de se fortalecer a teia das relações entre todos**. Reforça a **pertinência de se convocarem os políticos, os profissionais de diversos setores, o mundo académico, os media e a sociedade em geral para um debate alargado sobre as crianças enquanto cidadãos com direito a uma boa qualidade de vida e sobre nossa responsabilidade coletiva**.

-----

## PAINEL 1: Formação e desenvolvimento profissional

Moderadora: [Amélia Marchão \(Instituto Politécnico de Portalegre\)](#)

### Comunicação 1 – A formação das Amas. Que Perfil?, [Maria João Cardona \(ESE Santarém\)](#)

A comunicação de Maria João Cardona centrou-se numa reflexão sobre o perfil profissional das Amas, uma proposta da AKF no âmbito do Programa de Formação e Capacitação de Amas e outros Cuidadores de Crianças Pequenas, e a sua interligação com a necessidade de um olhar mais atento sobre a qualificação e formação dos profissionais, e a qualidade das respostas para a primeira infância.

À luz do quadro atual, a comunicadora refere:

- É preocupante a **excessiva diferenciação** que se observa, de há longo tempo, **entre as crianças dos 0 aos 3 versus as crianças dos 3 aos 6 anos, nas diferentes esferas sociais e políticas e de formação**, permanecendo a noção partilhada e coletiva de que para a primeira infância “apenas é preciso saber mudar as fraldas”.
- **O estatuto profissional** continuar a ficar **aquém do mérito e relevância que merece**.
- Ter-se perdido, hoje em dia, a noção e dimensão do “coletivo”, algo generalizado nas esferas profissionais, pessoais e familiares. Nas diferentes esferas, **torna-se relevante a importância das relações interpessoais e o reconhecimento e vivência da teia social**.
- A profissão de Ama, pela sua designação no género feminino, excluir, à partida, os homens, mas também poder excluir algumas mulheres (dificuldades no acesso à qualificação, poucos benefícios sociais e económicos, ...).



- Sobre a legislação de enquadramento da atividade de Ama:
  - **O Decreto-Lei n 158/84** estabelece o **regime jurídico da atividade** exercida pelas Amas e **as condições do seu enquadramento em creche familiar**; o exercício da atividade de Ama foi perspectivado numa lógica de cooperação e em articulação com instituições de enquadramento; a resposta tem como objetivo principal assegurar, em colaboração com as famílias, o acolhimento de crianças até aos 3 anos de idade.
  - **O Decreto-Lei n.º 115/2015** apresenta o **enquadramento legal e os requisitos de acesso à profissão e início da atividade profissional**.
  - Analisando os referidos decretos-lei, é de observar que a legislação não trouxe mudanças de fundo na definição da profissão e do profissional que a implementa.
- Sobre o Perfil de Ama:
  - A proposta encontra-se a ser construída no diálogo com outras organizações, nomeadamente a Associação dos Profissionais de Educação de Infância (APEI), a Fundação Bissaya Barreto (FBB), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a ANQEP.
  - O documento necessita ainda de um maior desenvolvimento do conceito de comunidade e de sociedade, e garantir maior clareza dos termos e dos conceitos usados.
  - Perante a existência de um curso de qualificação profissional, considera-se pertinente a ligação do perfil profissional de Ama ao curso existente disponibilizado pelo IEFP – o perfil profissional deverá nortear as duas componentes: curricular e prática. *Agora, como se coaduna o perfil de Ama da AKF com este curso?* Torna-se pertinente refletir e apontar os pontos de ligação e os pontos ausentes.

**As competências integradas no Perfil são sustentadas em princípios de referência ética e princípios e compromissos que definem um modo de pensar e agir pessoal.**

O perfil é fundamentado na **Construção de uma identidade profissional em Educação e Cuidados para a Infância (ECI)**, tornando-se necessário:

- Adotar uma visão integral que engloba a dimensão de educação e a dimensão de cuidar (**EDUCARE**).
- Adotar uma visão humanista, democrática, que valorize a diversidade no compromisso com abordagens educacionais participativas e inclusivas.

Na definição de **COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS**, são enunciados os seguintes **seis domínios**:

- Compromisso com a Criança
- Compromisso com a Família e Comunidade
- Compromisso com: a Construção da Identidade de Ama; a Equipa de Trabalho; a Entidade Empregadora; a Sociedade.

Cada competência apresenta:

- Definição
- Conhecimentos essenciais para a competência
- Comportamentos ou práticas que demonstram a competência em ação
- Atitudes e/ou valores que orientam a competência

É um trabalho ainda em processo de construção e que não descarta:

- **A relevância do processo metodológico** que lhe está subjacente ser continuado através da realização de entrevistas de grupo com docentes/formador@s, pesquisador@s de várias instituições.
- **Estimular e incentivar uma reflexão de âmbito nacional sobre as políticas educativas** que se pretendem para as crianças com menos de 3 anos.
- Constituir-se numa **base para melhoria da formação**, sobretudo quando não existem orientações pedagógicas claramente definidas para o trabalho com as crianças com idade inferior a 3 anos.
- Apresentar o serviço de Ama, enquadrado em instituições de educação de infância com a supervisão de profissionais de educação de infância, como uma **resposta complementar importante às creches institucionais**.
- **A não existência, ainda, de orientações pedagógicas** para este grupo etário (0-3) **afeta, naturalmente, o perfil de Ama** que a AKF se encontra a desenvolver. **Qual a posição das entidades relevantes? Como podem ser mobilizadas para a ação?**
- A resposta educativa das instituições de creche continua a apresentar muitas lacunas e que impactam na sua qualidade. Essa realidade tem sido observada, por exemplo, nos estágios curriculares da formação inicial de educadores de infância.

Maria João Cardona conclui, enfatizando a **urgência de se reverem as políticas educativas que envolvem as crianças dos 0 aos 3 anos de idade**.

-----

#### Comunicação [EXTERIORizando: estratégia para interiorizar práticas de qualidade na Creche Familiar](#), [Diana Pinto](#) (Casa da Criança Maria Granado, Fundação Bissaya Barreto)

A Casa da Criança Maria Granado passou a integrar a resposta de creche familiar em 2018, recebendo quatro Amas originárias da bolsa do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra. A comunicação apresentada reflete os processos de acompanhamento e formação deste grupo de Amas, tendo sido enunciados os aspetos mais relevantes dessa jornada:

- No contexto pandémico de Covid-19, a instituição e respetiva equipa foram obrigadas a repensar as estratégias de mobilização e envolvimento dos pais, tendo conseguido manter a qualidade no espaço e no tempo do trabalho desenvolvido com as crianças.
- Com as Amas, a equipa de enquadramento promove muito a troca e utilização de recursos diversos e também incentiva a utilização do espaço exterior – o que em si, constituiu uma nova atividade, permitindo a estas profissionais a tomada de consciencialização das potencialidades do espaço exterior: as amas conseguiram olhar para as suas casas e para os exteriores envolventes com novos olhos; transformaram as suas casas e fizeram muito mais uso dos espaços exteriores – um exemplo, a construção de um carro usando material não padronizado, construído em conjunto e que levou as crianças a passear pelo bairro.
- A FBB promoveu também o uso de plataformas como o Messenger para a criação de uma rede de partilha (informal e com o propósito de agilizar a comunicação), permitindo a partilha de problemas, de desabafos, de sucessos; as Amas consideraram esta estratégia fundamental para uma maior relação e interação entre pares.
- O grupo de amas também expressou ter compreendido como escutar as crianças e como fazer uso do que lhes dizem, e que a formação e o acompanhamento que recebem tem sido fundamental para o ganho e desenvolvimento desta capacidade.

- O processo de acompanhamento e transformação foi vivido por todos e em diferentes níveis: na Ama enquanto pessoa e profissional, na criança, na equipa de enquadramento, nos pais.
- Os tempos da pandemia foram muito difíceis, mas com grandes ganhos e descobertas: a leitura e partilha de recursos e sua discussão foi crítica, mas sobretudo a paixão pela profissão, apoiadas pela formação, foram fulcrais no processo de transformação e de reorientação da ação profissional do grupo de Amas na perspetiva da sua relevância junto das famílias e, naturalmente, das crianças.

No momento de diálogo com o público presente, a moderadora Amélia Marchão mediou as seguintes questões e comentários:

- Como revitalizar a redução no número de pessoas que querem exercer a profissão de Ama? É preciso paixão e é preciso formação, é preciso definição do perfil profissional, o papel das creches familiares. Nas creches familiares, da vossa experiência, estes podem ser os elementos fundamentais para trazer nova leva de profissionais para esta profissão? Que outros? Salários?
  - Maria João Cardona – existem muitas amas que não se encontram registadas no ISS devido aos impostos que a profissão exige; a remuneração baixa torna a profissão muito pouco apelativa. Continua a ser muito importante as famílias poderem escolher as respostas que querem e não porque estão restritas às opções que conseguem pagar. As famílias também precisam de ser ouvidas.
  - O número de horas que se trabalham. O facto de as profissionais contestarem, é essencial. Também é necessário aceitar que as condições demoram muito tempo a mudar – ou seja, enquadrar também o fator tempo e, igualmente, saber tirar proveito e fazer uso das condições que possuem.
  - Os pais poderem ter a opção de escolha das respostas que se querem é crítico – este direito à escolha consciente da resposta, e que a resposta seja de qualidade, qualquer que seja. Há diferentes fatores que aqui estão em jogo – formação, postura da entidade, enquadramento legal, enquadramento de apoios sociais (ISS), formação, acompanhamento, condições de benefícios para profissão, entre outros.
  - As pessoas estarem sozinhas, e os profissionais também, dificulta poderem atuar e agir – o estar em rede (de profissionais, de indivíduos) é fundamental para garantir uma maior diferença na vida das famílias e crianças, com os recursos que existem – poder fazer a resolução de problemas de forma mais efetiva, mais adaptada, mais forte, e duradoura no tempo.

Como notas finais, e antes da pausa dos trabalhos, Alexandra Marques, enfatiza alguns dos principais pontos focados durante a manhã:

- A responsabilidade da tutela, assumindo a responsabilidade de se acolher a criança e aceitar a família no espaço.
- A solidão que uma ama em regime livre vivencia.
- A necessidade de uma maior diversidade das respostas: – *Que outros modos de funcionamento existem? As creches não têm apenas de funcionar 12 horas por dia.*
- A relevância da supervisão e do acompanhamento das amas: – *Como se faz? Quer a partir das tutelas, e quer a partir das entidades de enquadramento.*
- A rede de profissionais, de diferentes valências é fulcral: – *Como pensá-la?*

----

## PAINEL II “Plataformas e redes de parceria”

Moderadora: [Neuza Pestana \(AKF Prt\)](#)

[Rafael Pereira](#) (Centro Comunitário de Tires) e [Vanda Reis](#) (Câmara Municipal de Cascais), apresentaram a comunicação “**Plataforma Crescer Melhor em Cascais: a construção de redes de parceria**”. A Plataforma tem como entidade promotora a Câmara Municipal de Cascais, objetivando *contribuir para uma visão estratégica do desenvolvimento da Primeira Infância no concelho de Cascais, através de uma democracia colaborativa, e focando as Organizações, os Profissionais, as Famílias e a Comunidade*. Para tal, **aposta no reconhecimento e valorização da especificidade das respostas para a Primeira infância, com enfoque na promoção de respostas qualificadas, garantindo apoio técnico e financeiro, e dinamizando projetos de intervenção**; criticamente, tem implementado a construção de uma rede de interlocutores privilegiados, congregando entidades com resposta de creche (com e sem fins lucrativos), envolvendo entidades com competência em matéria da primeira infância como a Academia, assim como entidades com responsabilidade social em garantir proteção a crianças e jovens. Algumas constatações partilhadas sobre este percurso de co-construção de uma rede de parceria incluem:

- Há novas modalidades de trabalho que estão a dar mais corpo à **necessidade de se (re)pensarem novas respostas, quer no tipo, quer na forma como estão organizadas e relativamente a quem as promove** (trabalho em rede e multiparticipado que engloba também as famílias).
- Está a tornar-se mais visível a **necessidade de se falar sobre as respostas para os 0-3 anos com enquadramento mais profissional e sustentado pela investigação**.
- O Concelho de Cascais é bastante heterogéneo a nível do território. Tem sido privilegiada a **importância da partilha e troca de informação como a pedra basilar no estabelecimento e manutenção das parcerias**; neste sentido, distinguem que “estão coordenados, agem em cooperação e colaboram”.

Outras questões que sobressaem: *Como se pode promover a infância de forma conjunta, com todos os parceiros dos territórios, sendo que cada um tem as suas valências e papeis? Como são as famílias envolvidas? Como se pode ser família em comunidade? Recuperar a cascata de cuidados, a visão da aldeia?*

Sobre a pertinência da sua ação, a Plataforma Crescer Melhor em Cascais aponta:

- **Atividades formativas presenciais e também pensadas para as famílias**; exemplo – o processo de escuta, de partilha de desejos e necessidades, feito de forma conjunta e envolvendo, desde o seu início, a participação de várias famílias na construção de um modelo de recreio para as crianças.
- A criança é o foco e essência de todo o trabalho, não deixando de se reconhecer que a criança se encontra no seio familiar, sendo, por isso, necessário **garantir que a família está presente e tem um papel ativo no desenhar das soluções**.
- Reconhecem que **é necessário dar voz às famílias**, haver uma procura ativa e intencional das famílias por parte das entidades – o que a Plataforma faz.
- Estão agora ativamente a trabalhar as questões da participação da família e das crianças – ou seja, esta procura em **envolver as famílias desde o início, implicará toda uma reorganização**

**da forma de trabalhar, de escutar, de desenvolver soluções, e de influenciar decisões das entidades e poderes paralelos que delimitam o âmbito de ação das entidades.**

A rede, que neste momento foca a primeira infância, será futuramente expandida para englobar também a terceira idade, compondo-se então uma rede que acompanha, de facto, a linha da vida do ser humano. Na voz dos representantes, **a Plataforma Crescer Melhor continua (e tem continuidade) na Plataforma Envelhecer Melhor – trazendo a intergeracionalidade à discussão, dando-lhe palco e espaço necessários nas agendas dos parceiros, e trabalhando o bem-estar e o sentido de fazer parte de uma comunidade, e dando foco e atenção ao ciclo de vida de cada pessoa; o indivíduo não deixa de ser relevante por não ter determinada idade (“Ageism”)**.

A equipa realçou que **o trabalho de co-construção implica tempo, intenção, construção e manutenção da relação e apropriação por parte de todas as entidades e dos níveis dirigentes e operacionais em cada entidade**, mas que, até à data, os resultados começam a observar-se agora a nível da operacionalização e funcionamento da rede.

-----

## Comunicação 2 – [COLO 100 HORAS: uma Rede de Cuidadores no concelho de Sintra, Elisabete Borges \(Associação Jangada D’Emoções\)](#)

A presidente da Direção da Associação Jangada D’Emoções, Elisabete Borges, apresentou a associação e a sua história, iniciada em 2009 com a criação do Clube das Mulheres.

Entre os vários marcos conquistados pelo grupo de mulheres, Elisabete Borges destaca a produção da **manta comunitária, um projeto** desenvolvido já há alguns anos e **que contempla a produção artística de retalhos de *crochet***, pela mão e criatividade de elementos da comunidade **da Tapada das Mercês**.

A Associação tem focado a sua ação nas questões de saúde mental, particularmente em mulheres, apoiando iniciativas que aliam a arte como meio de libertação do *stress* diário, relaxamento e de encontro e confraternização entre pessoas vizinhas.

Nos últimos anos, a associação tem observado e constatado que **“trabalhar com as mulheres é também trabalhar com os seus filhos”**. Nesta senda, e no propósito expresso de apoiar os membros da comunidade, **surge a criação de oportunidades e o desenvolvimento de atividades que vêm dar resposta a uma das necessidades da comunidade – ausência de espaços de ocupação de tempos livres para as crianças e famílias**. Através do Programa Bairros Saudáveis, e com duração de um ano, a associação encontra-se a desenvolver o Projeto Colo 100 Horas com o apoio da Câmara Municipal de Sintra, Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, Fundação Aga Khan, Associação Islâmica da Tapada das Mercês, Escola Básica 2,3 Visconde Juromenha, e Cooperativa Miminhos Alegres.

**O Colo 100 Horas apresenta um modelo inovador de apoio à conciliação da vida profissional, familiar e pessoal das famílias**, prestando os serviços de ludoteca, *drop-in*, *babysitting*, *playgroups* (GABC – Grupos Aprender, Brincar e Crescer), colónias de férias, festas de aniversário, com custos acessíveis e horário de funcionamento adequado às necessidades das famílias do território, objetivando também apoiar o desenvolvimento de competências parentais.

Este sistema de suporte encontra-se organizado como uma rede de entajuda informal com recurso a um espaço coletivo lúdico (ludoteca, espaço sede) para responder à ausência de serviços na área da primeira infância na Tapada das Mercês, mas também no restante Concelho de Sintra.

Findas as comunicações, a moderadora Neuza Pestana encetou o diálogo em interlúdio com as comunicadoras e o público, do qual emergiram diversas observações e das quais se destacam:

- **A importância das parcerias e do papel da entidade que junta os parceiros** que vivem no terreno, e da importância de ter o apoio dos parceiros para conseguir fazer avançar projetos de base local.
- A relevância das **iniciativas** enunciadas serem **apoiadas pelas entidades responsáveis no momento certo para um maior impacto** na vida das crianças e suas famílias.

**Como nota final**, foi partilhada a reflexão sobre o contributo significativo de para a prática de trabalho na primeira infância *juntar pessoas com percursos tão diferentes num mesmo evento e ouvir como fazem*.

-----

## Palestra “A pobreza e o seu impacto na infância”, [Andreia Furtado](#) (AKF Prt)

Ao início da tarde, retomaram-se os trabalhos de reflexão e discussão. No início da sua palestra, Andreia Furtado convoca a audiência para a premissa de que *é Urgente o Amor*, parafraseando o poeta Eugénio de Andrade (1951), ao som da música “Urgentemente”, da cantora e intérprete Cátia Oliveira (2022), e destacando que nos primeiros anos:

- **É Urgente** a existência de respostas de qualidade de educação e de cuidado na primeira infância.
- **É Urgente** proteger os direitos das crianças, nomeadamente em matéria de justiça social e equidade.

**A necessidade de garantirmos a qualidade do ecossistema em que as crianças são geradas, crescem, aprendem e se desenvolvem implica olhar para as condições de vida das famílias:** – *Que rendimentos? Que acesso a habitação? Que acesso à educação? Que acesso ao emprego? Que acesso à saúde? Que acesso a segurança e proteção social? Que acesso à cultura?* –, pois **a pobreza na infância tem o potencial de afetar criticamente as trajetórias de saúde e de aprendizagem ao longo da vida**.

Recordando a comunicação do Professor Carlos Farinha Rodrigues no Encontro *Os Primeiros Anos Contam. E agora?*, no âmbito da Campanha Primeiros Anos: a Nossa Prioridade (2021), importa refletir sobre os seguintes factos:

- 100.000 crianças com idade menor ou igual a 6 anos encontravam-se em situação de pobreza monetária – 16, 8%.
- Mais de 15.000 crianças em privação material severa – 2,6%.
- 112.000 crianças em situação de pobreza ou exclusão social – 18,9%.
- Taxa de pobreza em crianças de famílias monoparentais (21,9%) ou com dois adultos e 3 ou mais crianças (44,7%) é substancialmente maior do que a taxa de pobreza das crianças que vivem em famílias com dois adultos e uma criança (5,1%).

**Em Portugal, a taxa de incidência da pobreza tem sido maior para o grupo das crianças e jovens, comparativamente com o resto da população (curva de incidência da pobreza 2009-2019).**

**O impacto das condições de pobreza ao gerar um fator de *stress* tóxico para a infância pode afetar negativamente o desenvolvimento do cérebro logo cedo na vida.**

Em resposta, é necessário assegurar a qualidade dos cuidados e da educação na infância enquanto constituintes de medidas de promoção da resiliência e de mitigação da adversidade, medidas com efeitos protetores para o desenvolvimento humano.

A Estratégia nacional de combate à pobreza, iniciada em 2021, permite a articulação transversal e integrada de políticas públicas para a erradicação da pobreza, tendo como objetivos estratégicos garantir:

- o acesso a bens e serviços básicos (reforço dos apoios à frequência das respostas de creche e educação pré-escolar, oferta educativa inclusiva, ...).
- um nível de recursos básicos às famílias (apoios sociais ajustados às condições dos agregados familiares e priorizando o acesso ao emprego para adultos que têm crianças a seu cargo; suporte ao desenvolvimento de competências parentais, ...).
- a participação das crianças e jovens no processo de desenvolvimento (escuta da voz das crianças e jovens, promoção da cidadania ativa e responsável, ...).

É Urgente garantir cuidados integrados na infância, à criança e à família, através de medidas que assegurem:

- Abordagem holística, sistémica e integrada, centrada na família e na criança.
- Acesso aos recursos monetários e não monetários, bens e serviços quando necessários.
- Políticas públicas específicas para cada grupo etário, atuando na retirada das crianças em situação de pobreza.
- Quebrar os ciclos intergeracionais de pobreza.

A palestrante conclui a sua apresentação realçando que **É Urgente... investir na infância enquanto prioridade de Todos**. Esse investimento com enfoque na Ecologia da Infância transformar-se-á na Ecologia do Mundo em que vivemos.

-----

## Mesa-redonda – Políticas públicas para a infância e apoio às famílias

Moderadora: [Ana Teresa Brito \(ISPA – Instituto Universitário\)](#)

Envolvendo um grupo de convidadas de diferentes entidades e setores, decorreu, pela moderação de Ana Teresa Brito, a Mesa-redonda **“Políticas públicas para a infância e apoio às famílias”**:

[Catarina Marcelino](#) (Instituto Segurança Social I.P.)

- O Instituto de Segurança Social I.P. (ISS, I.P.) tem responsabilidade na conceção e implementação de políticas públicas; considera ainda relevante, e de elogiar, a natureza e ambição deste evento, em especial por ser focado na primeira infância.
- A perspetiva do Cuidar existe sempre, mas torna-se essencial dar um passo em frente e reconhecer que **o Cuidar tem de estar aliado às questões da Educação** – reflexo das circunstâncias que se vivem e que são reflexo do momento de mudança atual que é rápido. Esta noção do «Cuidar + Educação» não era premente há 20-30 anos atrás.
- É preciso partir de uma base constitucional e albergar as mudanças neste enquadramento: – **Como criar oportunidades a partir das políticas públicas? Como garantir**

**que todas as crianças têm as mesmas oportunidades?** O território é em si, uma base de desigualdade, evidenciado pelas informações constantes nos NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) das áreas no Norte.

- **A pobreza da criança implica um investimento no contexto da família das crianças**, que vai muito para além da pobreza económica. A pobreza do idoso é mais individual e é de natureza económica.
- As políticas devem possibilitar o **trabalhar a não discriminação, a parentalidade, a inclusão, o desenvolvimento económico, a habitação**, e ainda outras vertentes.
- - *O que ambicionam estas políticas públicas?* A **expansão da rede dos equipamentos sociais**. No entanto, as entidades de creche não se encontram motivadas para o investimento em creche, mas os municípios, sim; **é possível esta vontade ser viabilizada através do PRR** (Plano de Recuperação e Resiliência, um programa nacional de reformas e investimentos com fundos europeus e a decorrer até 2026).
- É preciso garantir lugar para cada criança a partir de 1 ano de idade, quer em creche, quer em Ama, envolvendo investimento nestas **respostas mais flexíveis para dar maior apoio às famílias**, nomeadamente a nível dos horários, algo que as Amas podem acudir, enquanto as creches não.
- A **gratuidade das creches evoluirá para todas as crianças até daqui a 3 anos** (com nova legislação); esta medida iniciou-se para as famílias mais desfavorecidas, mas será alargada a todas as famílias (independentemente do escalão dos pais) – cerca de 79.900 crianças; em gratuidade no 1º e 2º escalão cerca de 20.000 crianças abrangidas.
- *Mas quem são as crianças que estão em creche? Quem, de facto, consegue aceder às creches?* É uma questão que está a ser observada e analisada.
- Outra questão, **pensar como pedagogicamente se pode melhorar esta resposta para a primeira infância**, que é de natureza social, e que deve ser educativa/educacional e associada e suportada por projetos sociais, nomeadamente através dos CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social, um instrumento de política social cujo financiamento visa promover a inclusão social de grupos específicos, existentes num determinado território, com maiores níveis de fragilidade social).

#### [Liliana Marques](#) (Direção Geral de Educação)

- **As desigualdades socioeconómicas são as maiores produtoras do insucesso escolar, e o seu impacto começa desde os primeiros anos.** É possível agir e criar condições para tornar o acesso equitativo uma realidade para todas as crianças. **A equidade e qualidade na educação são, indubitavelmente, dois eixos críticos.**
- Medidas que apoiam a equidade: prolongamento do horário, reforço da alimentação, por exemplo.
- **A nível da equidade, também é preocupação a inclusão de crianças mais vulneráveis**, nomeadamente de refugiados provindos da Ucrânia, com a criação de documentos de apoio sobre a integração de crianças refugiadas na educação pré-escolar. **Outras respostas diferenciadas que se procura desenvolver como ressuscitar os Grupos Aprender, Brincar, Crescer (GABC)**, e usar este modelo junto das crianças refugiadas vindas da Ucrânia – há 54 grupos, representando cerca de 500 crianças. Estes grupos proporcionam a sua integração com a maior celeridade possível, num **esforço intencional de apoiar a criança no processo de ultrapassar o trauma de guerra. Junto destes grupos, também está a ser disponibilizado apoio técnico junto dos pais.**



- Para as famílias em tempos de COVID disponibilizam-se técnicos de apoio psicossocial.
- **Em 2016 foi publicada a revisão das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), cujos fundamentos e princípios abrangem as crianças desde os 0 até aos 6 anos de idade. Perante a pertinência de um instrumento pedagógico de apoio ao desenvolvimento curricular na creche, o documento será desenvolvido com a colaboração do Instituto de Segurança Social (ISS I.P.). O desenvolvimento e a aprendizagem estão juntos, não são indissociáveis.**

### [Sónia Almeida](#) (Garantia Europeia para a Infância)

- Portugal tem a recomendação muito clara e objetiva para **assegurar uma panóplia de serviços necessários para o seu desenvolvimento e crescimento holístico até 2030.**
- O que está em causa é assumirmos esta recomendação como uma responsabilidade de cada entidade, e de cada indivíduo dessa mesma entidade.
- A sua execução implica uma grande capacidade de operacionalizar e coordenar, e adequar as soluções às necessidades.
- Problemas vivenciados pelas famílias: tenho um problema que só posso resolver naquela entidade, mas não consigo chegar, fisicamente, à entidade!
- **Trabalhar na reparação é onde nos encontramos agora**, ou seja, reconhece-se que os danos já estão feitos. **A intervenção precoce é o que se almeja**, pois é atempada, e instituída antes que os danos se instalem.
- O que está em causa: para uma família com baixos rendimentos, decidir não colocar a criança em creche significa impedir o acesso da criança a esta resposta, e é causada por uma multitude de condições, que muitas vezes é reproduzida pelos pais, ou seja, prolonga-se o ciclo de pobreza. Por exemplo, com famílias ciganas, o sucesso é observar-se que hoje, com esta geração, as crianças ciganas estão maioritariamente na escola – uma clara diferença e quebra do ciclo de não acederem à educação.
- O desafio colocado a nível europeu, com esta recomendação, é a construção de um **plano de ação**, com temporalidade até 2030, e com medidas concretas que viabilizam os objetivos da recomendação – o **acesso gratuito à educação** e o **acesso à panóplia de serviços**.
- A alteração do Governo atrasou o *kick-off* do desenho e operacionalização deste plano de ação, mas espera-se que seja de curta duração.
- **A gratuidade da creche é uma medida de grande importância** – representa a quebra da barreira no acesso a serviços. No entanto, **a qualidade dos serviços é outra barreira** que exige a definição de medidas muito concretas e aplicáveis. Para as crianças tem de haver uma integração que, em si mesma, seja de qualidade.
- É o amor à criança, mas também o amor à família! **É fundamental haver esta ligação entre criança e família, e as entidades reconhecerem a sua centralidade.**

### [Adelina Pinto](#) (ProChild CoLAB)

- O Laboratório Colaborativo ProChild procura **olhar para a criança no seu todo**, e não dar continuidade à visão da criança como que constituída por partes! Ou seja, observa-se esta separação pelo facto de a criança ser “servida” por departamentos diferentes, sem que as informações sobre a criança sejam trocadas e discutidas em conjunto, com a consequência de não haver ninguém que assuma responsabilidade pela visão deste todo, em prol da criança.

- Verifica-se que **atualmente começa a ser dada mais atenção à educação pré-escolar, também visível nas transições para o 1º ciclo.**
- Está sinalizado que a educação pré-escolar é uma área que requer e merece mais atenção; a sua importância fundamental no desenvolvimento do ser humano e outras entidades e setores deverão ser envolvidos e chamados à ação.
- Há muita investigação que comprova **a importância da família enquanto preditora de sucesso para a faixa 0-2 anos.**
- **A pobreza também se encontra reconhecida como sendo mais ampla que a económica – é também a cultural, a social, reconhecendo-se que deve ser alargada às dimensões de vida do ser humano.**
- A ProChild tem três creches como *living labs*, tendo a sua ação mais centrada na cidade de Guimarães. O acompanhamento das crianças é realizado desde a nascença, averiguando onde as crianças estão, procurando aferir e sinalizar situações que a criança possa estar a vivenciar. A formação parental é crítica!
- Derivado da experiência e da avaliação, observou-se que **durante a pandemia**, as crianças voltaram a estar apenas com as famílias, tendo-lhes sido retirado outras vertentes. Observou-se que, derivado desse facto, **o sucesso escolar desceu em todas as escolas, exceto uma instituição, o que levou a equipa a refletir sobre a importância de se dar apoio e palco à família** dada a relevância que representa **enquanto preditora de sucesso para a criança.**

As diversas intervenções explanaram os desafios que ainda se impõem e que envolvem diversos atores e contextos, assim como políticas públicas, estimulando-se a integração de serviços enquanto ação concertada para maior impacto; realçou-se também a urgência de uma maior diversificação de respostas para a primeira infância, não descurando a sua qualidade e os fatores determinantes para o seu alcance.

## Considerações finais e perspetivas futuras, Alexandra Marques (AKF Prt)

O conjunto de palestras, comunicações e mesa-redonda expressou a necessidade de uma ação concertada que garanta verdadeiramente os direitos das crianças e famílias, mas também os direitos dos profissionais. Como conclusões finais do evento, Alexandra Marques destaca:

- Trazer as crianças para o espaço público, alargando o contexto para incluir a dimensão da intergeracionalidade.
- A visão de criança de “filho de pais que trabalham” necessita de ser deslocada para a visão de “a criança enquanto indivíduo”.
- Necessidade de se valorizar e expandir a formação de quem trabalha com crianças e de se integrar a dimensão cultural (mediadores culturais), sustentada na dimensão e premência da diversidade.
- Programa Pares – repensar os espaços ocupados pelas crianças, o que ajuda a criar o seu espaço de cidadania, enquanto indivíduos.

- Valorizar a resposta creche enquanto dimensão plena da educação e enquanto espaço de desenvolvimento, obliterando a tradicional divisão entre educação e desenvolvimento, passando a fundamentar-se na visão holística e integrada de cuidados e educação (*Educare*).
- Documento de Orientações Pedagógicas para a Creche – o grupo de trabalho já se encontra constituído, integrando a AKF Prt, Assunção Folque (Universidade de Évora), Sara Barros-Araújo (Instituto politécnico do Porto), Ivone Monteiro (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Instituto de Segurança Social, I.P.) e Liliana Marques (Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação); o trabalho terá como base um documento pedagógico, curricular, mas que englobará a discussão em torno dos referenciais pedagógicos com a ambição maior de quebrar as barreiras impostas pela pobreza e encurtar o fosso vivido pelas crianças. Este trabalho é multifacetado, e abrange igualmente o perfil profissional de Ama, o acesso, a equidade, modelos de financiamento para o acesso a respostas 0-3 anos (AKF traz a experiência de gestão do CIOS, através do protocolo de cooperação com o ISS).
- Desenvolvimento de formação que integre a justiça e outras dimensões, que são apoiados pelos referenciais do INTESYS, *Nurture and Care Framework* – a AKF vai explorar este aspeto através do CLAS (Centro Local de Ação Social) de Sintra.
- Os trabalhos de definição do Perfil Profissional de Ama e Guia de Supervisão para técnicos de enquadramentos de ama/creche familiar vão ser concluídos brevemente, pretendendo-se que contribua significativamente para a ausência de instrumentos de apoio e suporte aos profissionais; destaca-se o contributo muito significativo e relevante da Bolsa Nacional de Formadores no âmbito da sua participação no Programa Amas: Amélia Marchão, Ana Azevedo, Fátima Aresta, Irene Figueiredo, Isabel Correia, Joana Freitas Luís, Maria José Infante, Vânia Azevedo.

Fim do documento.



Este conteúdo está ao abrigo de uma licença Creative Commons – Atribuição – Não comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional.